

PROJETO DE LEI

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, A CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO E ALERTA SOBRE OS RISCOS DE VÍCIOS ASSOCIADOS A JOGOS DE AZAR E APOSTAS ON-LINE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Cuiabá-MT**: Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º fica instituída, no âmbito do município de Cuiabá, a campanha de conscientização e alerta sobre os riscos de vícios associados a jogos de azar e apostas on-line, com o objetivo de informar, educar e orientar a população sobre os impactos negativos dessas práticas na saúde mental, social e financeira.

Parágrafo único. A campanha será realizada anualmente, a partir de 17 de novembro, ao longo do mês, integrando o Calendário Oficial de Eventos do Município de Cuiabá.

Art. 2º a campanha abrangerá, entre outros, os seguintes temas:

I – alertar sobre os malefícios dos jogos de azar e apostas, ressaltando os perigos de desenvolver vícios, com impactos no bem-estar psicológico, social e financeiro;

II – promover atividades educativas que visem ao desenvolvimento de habilidades críticas e de autocontrole sobre o uso de tecnologias, bem como ao reconhecimento de comportamentos compulsivos relacionados a jogos de azar e apostas;

III – incentivar o diálogo entre escola, família e sociedade acerca dos recursos tecnológicos de controle parental e dos malefícios dos jogos de azar e apostas;

IV – os riscos do acesso precoce e não supervisionado de crianças e adolescentes a plataformas de apostas;

V – sinais de alerta de dependência e vício comportamental;

VI – informações sobre serviços públicos de saúde e apoio psicológico e financeiro;

VII – orientações sobre planejamento financeiro e prevenção ao super endividamento.

Art. 3º esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

No dia **17 de fevereiro**, é celebrado o **Dia Internacional do Jogo Responsável**, data de extrema relevância para o setor de apostas on-line, para os jogadores e para toda a sociedade. Jogo responsável é um conjunto de práticas que garantem que as apostas permaneçam uma forma de entretenimento, sem causar prejuízo à vida financeira, emocional ou social dos jogadores. Isso inclui a conscientização sobre os riscos, a disponibilidade de ferramentas de autocontrole e a responsabilidade das operadoras em proteger seus usuários.



A escolha desta data para a Campanha no município de Cuiabá visa justamente **alinhar a iniciativa local a uma agenda internacional**, promovendo maior impacto e visibilidade às ações de prevenção e informação. Ao se integrar a um movimento global, Cuiabá fortalece seu compromisso com a saúde pública, o bem-estar social e a proteção dos mais vulneráveis.

A campanha proposta atuará em várias frentes: educação, saúde, família, escola e políticas públicas. O estímulo ao **uso consciente da tecnologia**, à **educação financeira** e ao fortalecimento de vínculos familiares e escolares é essencial para conter o avanço desse transtorno.

A Constituição Federal, em seu artigo 196, estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, que deve garantir a redução dos riscos de doenças e outros agravos. A dependência de jogos de azar e apostas on-line tem se tornado um problema crescente em diversas sociedades, com impactos severos na saúde mental, social e financeira de indivíduos e suas famílias. O Poder Público, como responsável pela promoção do bem-estar coletivo, tem o dever de implementar políticas que atuem na prevenção dos danos causados por esses vícios, o que inclui ações de conscientização e educação.

Jurisprudência pertinente:

Supremo Tribunal Federal (STF) – Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 878.911/RJ: No julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) referente à Lei 5.616/2013 do Município do Rio de Janeiro, que tratava da instalação de câmeras de monitoramento em escolas, o STF entendeu que medidas que, embora possam gerar despesas, não configuram usurpação da competência privativa do Chefe do Executivo, desde que não envolvam a estrutura dos órgãos ou o regime jurídico dos servidores. A Corte reafirmou a jurisprudência de que o legislador municipal pode legislar sobre temas de interesse local, mesmo que essas ações resultem em aumento de despesas para a administração pública. Decisão: Repercussão geral reconhecida, reafirmando a jurisprudência da Corte. Recurso extraordinário provido. (STF - ARE 878.911/RJ, Relator: Gilmar Mendes, Data de Julgamento: 29/09/2016, Tribunal Pleno, Publicação: 11/10/2016)

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) – Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei nº 14.229/2022: O Tribunal de Justiça de São Paulo, ao julgar a Lei nº 14.229/2022, do Município de São José do Rio Preto, que previa a implementação de um programa de diagnóstico e acompanhamento para alunos com dislexia e outros transtornos de aprendizagem, reafirmou a constitucionalidade da norma mesmo diante do aumento de despesas públicas. O TJ-SP destacou que iniciativas parlamentares relacionadas à educação e à saúde são legítimas, não configurando violação da competência exclusiva do Executivo. Decisão: Ação julgada improcedente, revogando a liminar que suspendia a norma. (TJ-SP - Ação Direta de Inconstitucionalidade: 2196663-19.2022.8.26.0000, Relator: Matheus Fontes, Data de Julgamento: 15/02/2023, Órgão Especial, Publicação: 16/02/2023)

O fenômeno do vício em jogos de azar e apostas on-line é amplamente reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um transtorno comportamental. O transtorno de jogo compulsivo, ou ludomania, pode afetar profundamente o indivíduo, causando danos emocionais, financeiros e sociais. Além disso, o impacto se estende a outras esferas da vida do viciado, afetando suas relações familiares, profissionais e a qualidade de vida em geral. De acordo com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o tratamento para esse tipo de vício é complexo e requer a intervenção de profissionais qualificados em psicologia e psiquiatria. Portanto, é urgente que o município de Cuiabá implemente uma campanha informativa e educativa para alertar a população sobre os riscos associados a essas práticas.

Recentemente, plataformas de apostas on-line, como Bet e Tigrinho, têm ganhado grande popularidade no Brasil. Esses sites oferecem jogos de azar, como apostas em esportes e cassinos virtuais, atraindo principalmente o público jovem, muitas vezes sem a devida regulamentação e supervisão. A Bet, em particular, é uma das maiores plataformas de apostas on-line no Brasil, com milhões de usuários, oferecendo jogos de cassino, apostas em eventos esportivos e loterias, o que tem gerado preocupações sobre a exposição dos brasileiros a essas práticas de risco, especialmente em um cenário onde a acessibilidade a essas plataformas está se tornando cada vez mais fácil e comum. O mesmo ocorre



com o Tigrinho, que também figura como uma das plataformas mais populares, com grandes campanhas publicitárias e promoções que atraem novos usuários, freqüentemente sem informar adequadamente sobre os riscos do vício e suas conseqüências.

Essas plataformas, que muitas vezes operam sem um controle regulatório adequado, têm um grande apelo devido à sua facilidade de acesso via dispositivos móveis e à baixa barreira de entrada, o que contribui para a proliferação do vício entre a população. A adesão a essas apostas on-line pode parecer inofensiva inicialmente, mas gera graves conseqüências a médio e longo prazo, como perda de recursos financeiros e danos psicológicos e sociais. Nesse contexto, é fundamental que o município de Cuiabá atue para conscientizar a população sobre os perigos dessas práticas, alertando sobre os impactos negativos e promovendo o uso responsável da tecnologia.

A prevenção é um dos meios mais eficazes para combater o desenvolvimento de vícios, especialmente quando se trata de populações vulneráveis, como crianças e adolescentes. O Projeto de Lei, ao propor atividades educativas e a promoção de um diálogo entre escola, família e sociedade, visa criar uma rede de apoio que colabore para a identificação precoce de comportamentos compulsivos e ajude a desenvolver habilidades de autocontrole e uso responsável de tecnologias. Além disso, o incentivo ao planejamento financeiro e à prevenção do super endividamento é uma medida preventiva essencial, considerando que o vício em jogos de azar freqüentemente leva a dificuldades financeiras graves, afetando a estabilidade econômica das famílias.

A proposta poderá ser desenvolvida mediante parcerias com entidades públicas e privadas, especialmente organizações de saúde e psicologia, está em consonância com a legislação vigente, que incentiva a cooperação entre as diferentes esferas do poder público e a sociedade civil para o enfrentamento de questões de saúde pública, visando garantir a oferta de suporte psicológico e orientação às famílias, especialmente aos estudantes, que são mais vulneráveis ao contato com jogos de azar e apostas on-line. Essa cooperação interinstitucional é uma medida necessária e que reforça a eficácia da campanha.

A crescente popularização das apostas on-line, especialmente com a regulamentação recente no Brasil e em outros países, tem gerado uma série de discussões sobre os riscos desses jogos para a saúde mental e o bem-estar da população. A regulamentação das apostas e seu impacto social são temas debatidos amplamente em diversos fóruns internacionais. A ação do município de Cuiabá em promover uma campanha de conscientização se alinha às melhores práticas adotadas por países que já enfrentam o desafio dos jogos de azar de forma proativa, reconhecendo a necessidade de conscientizar a população, especialmente os jovens, sobre os riscos dessa prática.

O Projeto de Lei aqui proposto visa atender a uma necessidade urgente de conscientização e prevenção de vícios associados a jogos de azar e apostas on-line, oferecendo à população de Cuiabá informações claras e educativas sobre os perigos dessas práticas e disponibilizando recursos de apoio psicológico, social e financeiro. Com isso, o município cumpre seu papel constitucional de promover a saúde e o bem-estar de seus cidadãos, prevenindo danos futuros à saúde mental e à estabilidade financeira das famílias.

Diante do exposto, o presente Projeto de Lei merece ser aprovado, pois traz benefícios significativos para a sociedade de Cuiabá e representa um importante passo na construção de um ambiente mais seguro e saudável para todos os seus habitantes

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 21 de maio de 2025

Ranalli. - PL



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3400360030003700300039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Vereador(a)



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3400360030003700300039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

